

ATA DA 006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 17:30h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco de Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Vital Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0007/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0013/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0029/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0144/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0187/2010.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0366/2012.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0388/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0443/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0578/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0588/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0473/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual do Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0023/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Instituto Carmelita de Assistência Social e Desenvolvimento, do município de Rio dos Cedros.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0048/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Psicanálise de Deus, com sede no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina art. 206, do Regimento Interno, as Indicações n.s: 162/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 163/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal;

164/2014;

165/2014, José Milton Scheffer; 166/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta; 167/2014, de autoria do deputado Darci de Matos.

Esta Presidência comunica que defere os requerimentos de n.s: 266/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 267/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 263/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 269/2014, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência comunica, ainda, que submete à deliberação do Plenário as seguintes moções:

Moção n. 032/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando apoio pela aprovação do Projeto de Lei n. 0323/10, que veda a exigência da substituição tributária, prevista no art. 150, § 7º, da Constituição, para os optantes do Simples Nacional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 034, de autoria da bancada do PP, a ser enviada ao ministro das Cidades, sugerindo a indicação do ex-prefeito de Orleans, sr. Valmir José Bratti, para ocupar posto na secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito em primeiro lugar o deputado Dirceu Dresch, ao qual concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar todos que nos visitam, que nos acompanham, neste momento.

Temos em Santa Catarina, ontem e hoje, mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das cidades, de várias centrais sindicais, que inclusive hoje à tarde vieram a este Parlamento, pedir apoio em sinal de reconhecimento do papel dos srs. deputados, das sras. deputadas, com relação à política pública, do dado tratamento aos servidores catarinenses, enfim, os direitos, a recuperação do piso mínimo dos trabalhadores, a recuperação anual. Eles pedem uma regra de recuperação, para não precisar a cada ano voltar à discussão da recuperação de perdas salariais, a exemplo do salário mínimo nacional.

É uma grande mobilização, tendo presença maciça da população catarinense. Estamos acompanhando essa mobilização, e a pauta de reivindicações nos dá a certeza de que o nosso estado, um dos melhores estados do Brasil para se viver, tem grandes tarefas, desafios à frente, especialmente nas mais diversas áreas do serviço público, seja na área da Segurança Pública, na área da Saúde, na área da Educação ou na política geral para os trabalhadores catarinenses. E temos

visto mais uma vez a morosidade, a demora nas ações em chegar até os trabalhadores e à população.

Estive ontem na secretaria da Assistência Social. E chama muita atenção essa demora.

Eu falava há pouco do projeto para consolidar os cargos concursados praticamente há quatro anos. Essa enrolação, essa falta de agilidade nas ações do estado para atender às expectativas da população catarinense...

Volta com muita força a questão da participação do estado nessas diversas políticas públicas, especialmente na questão da habitação. Já fizemos cinco vezes, seis vezes tentativa para marcar agenda, para assinar convênio entre as organizações do meio rural, especialmente da Fetraf, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, da Cooperaf, Cooperativa de Habitação, da Fetraesc, as cooperativas, as organizações que estão atuando no estado todo, fazendo um belíssimo trabalho no Programa Minha, Casa Minha Vida, do governo federal, construindo casas, reformando casas para a nossa agricultura familiar. Este estado já está há mais de ano discutindo esse tema com essas organizações.

Ontem, à tarde, ocorreu uma reunião para fechar a questão, para marcar o dia, já que o estado tem participação nesse programa, de mil famílias para cada entidade, com subsídio de R\$ 5 mil, mas parece que caiu novamente tudo para abaixo de zero.

Então, é isso que os trabalhadores catarinenses estão reclamando, seja do interior do estado ou das cidades, onde a segurança pública é extremamente precária, pois se vive uma grande insegurança neste estado.

A Saúde em várias regiões tem repasse dos hospitais para organizações sociais, e temos também a questão da educação que é extremamente polêmica em Santa Catarina.

Então, esses grandes temas que vêm mais uma vez para este Parlamento, porque os trabalhadores precisam da presença do estado catarinense, por isso, estão chamando atenção, apelando ao

governador Raimundo Colombo por mais investimentos nesses setores.

Por incrível que pareça, quando os trabalhadores se mobilizam, vão para última instância, que é a greve, ocorrem ameaças e fazem um processo de intervenção, que não é visto há muitos anos após o processo de ditadura, de intervir, inclusive ameaçando destituir direções sindicais.

Os dirigentes do Sintesp tiveram que, nesta semana, todos os dias, ir para a delegacia depor, por estarem defendendo uma categoria.

Então, é lamentável o absurdo que ocorre em Santa Catarina. Inclusive, ontem, a nossa bancada resolveu conversar com o governador, pois não é assim que se trata um servidor público que luta por seus direitos, por respeito e dignidade.

Portanto, quero aqui registrar a minha indignação como dirigente sindical, agricultor e especialmente agora como deputado estadual representando tantas pessoas que não têm voz. Estou aqui falando e reclamando dessa situação a que foi submetida uma parte do funcionalismo público, que está nos presídios correndo risco de morte, lidando com os piores bandidos deste estado. Esta situação precisa ser vista com respeito e não ser tratada como caso de polícia. Está ali o resultado. Mais uma vez estamos vendo a reação dos bandidos, nos presídios, ameaçando a sociedade catarinense.

Precisamos de resposta rápida, e o governo não está dando, está demorando demais. O exemplo claro disso são os projetos que tramitam nesta Casa, como o que discorre sobre a Assistência Social e o que versa sobre a Habitação, reivindicada por anos pela agricultura familiar. Mas o recurso não chega.

A sociedade está reagindo. Quando os trabalhadores vêm para esta Casa fazer barulho, muitos não gostam. Todavia isto é uma necessidade, pois os sindicalistas e os trabalhadores não estão lutando apenas por eles, mas sim pelo conjunto da sociedade catarinense. E quero parabenizar todos

os trabalhadores e sindicalistas que nos acompanham pelo estado.

Essa história é bonita. Ainda hoje falava sobre as grandes conquistas que este país teve. Este país tinha em 2002 um salário mínimo no valor de R\$ 200,00, ou seja, menos de U\$\$ 100,00. Hoje temos um salário superior a U\$\$ 300,00.

Constituímos em Santa Catarina um piso mínimo, através de muita luta, mobilizações, atos aqui e em todas as regiões do estado, que hoje favorece mais de um milhão de trabalhadores no estado.

Precisamos, também, reconhecer as grandes conquistas construídas nessas últimas décadas. Claro que temos muito a avançar para construir um país digno e de respeito.

Quanto ao papel do estado na segurança pública, muitos confundem se o papel é do município ou da União, mas o papel é do governo do estado. Isso está na Constituição Federal.

O papel da saúde é um conjunto da União, estados e municípios, e cada um precisa cumprir sua parte. Na educação é a mesma coisa, temos as funções claras do município com ensino infantil principalmente e da União com o ensino superior. Mas o estado tem um papel estratégico com o ensino fundamental, e por isso estamos discutindo o tratamento dos profissionais da educação, a valorização e a construção do piso.

O estado catarinense é um estado diferenciado, e temos que ter condições de implantar o piso na carreira, investir no melhoramento das escolas. Inclusive, há poucos dias estive em Joinville e encontrei uma escola estadual fechada. Enquanto encontrarmos escolas fechadas significa que a nossa educação está passando por sérios e fundamentais problemas que precisamos resolver.

Era isso que gostaria de trazer para a tribuna no dia de hoje.

Obrigado, senhor presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, é com satisfação que registro a presença, nesta Casa, do vice-prefeito de Ponte Serrada, Gilson Damacena, do Partido Progressista, juntamente com Eduardo Coppini, que é o prefeito, e também dos vereadores Valdomiro Acunha, Chrystian Cagliari, Marcelo Ciepilewski e Ademir.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Está feito o registro dessas autoridades que visitam a sede do Parlamento catarinense.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, estava ouvindo o deputado Dirceu Dresch dar ênfase ao valor do salário mínimo, que é de US\$ 300, mas acho que ele se esqueceu de dar uma passadinha no supermercado para ver o preço dos alimentos, de quanto pagamos de imposto. Então, temos que rever certas coisas, rever certos conceitos com relação ao estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Principalmente, deputado Antônio Aguiar, o PIS e o Cofis, que no início do governo Lula, inclusive, aumentou em 112%.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Hoje, srs. deputados, assomei à tribuna da Assembleia Legislativa para falar sobre o Hospital Regional de Joinville. Na verdade, viemos para falar que o decreto do governador Raimundo Colombo veio para ficar. E esse decreto fez com que, na segunda-feira, nós tivéssemos uma importante reunião no Hospital Regional de Joinville.

Esse evento contou com a presença das seguintes autoridades: secretária da Saúde Tânia Eberhardt, do consultor jurídico, dr. Valdir

Ferreira, do diretor do hospital, e do dr. Hercílio Fronza, que por sinal é incansável em seus pedidos. Como disse, a secretária Tânia Eberhardt reza o Pai Nosso todos os dias pedindo para que o governo do estado faça um plano de emergência para o Hospital Regional.

Esse plano de emergência já vem sendo estudado há mais de dois meses e não vai ser uma simples reforma. E com a presença do governador Raimundo Colombo na segunda-feira, dia 14, na cidade de Joinville, onde as obras já estão acontecendo, ficaremos esperançosos de que o hospital não irá somente receber uma pequena reforma, ele será reformado de maneira diferente.

Foi conversado, durante a reunião que estivemos participando, sobre a questão de termos um novo plano diretor para o hospital. O que isso significa? Significa de que será feita uma nova avaliação da parte hidráulica do hospital. Vai ser feita, nos moldes modernos, a parte hidráulica do Hospital Regional, como também a parte da subestação elétrica. Por quê? Vocês sabem que o referido hospital foi construído há mais de 30 anos e naquela época a realidade da nossa saúde era outra. Então, precisamos tomar atitudes drásticas, como tomou o governador Raimundo Colombo. Em primeiro lugar, é importante que haja dispensa de licitação, e em segundo lugar, uma equipe de engenheiros capacitados para realizar as obras.

Estivemos visitando a enfermaria dos hospitais, os leitos hospitalares. Se uma pessoa não consegue entrar com uma cadeira de rodas no banheiro, essa enfermaria está condenada! E foi condenada pela equipe que lá esteve presente e já demoliu parte das instalações velhas, fazendo com que, em regime de urgência, sejam construídos 28 novos leitos no Hospital Regional.

Quero parabenizar, primeiro, o governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira pela sua interferência no Hospital Regional de Joinville. E isso foi feito não porque este é um ano eleitoral, mas porque realmente o hospital precisava não somente de uma reforma, mas também de um novo

plano diretor para se adequar à realidade da saúde em que vivemos.

A realidade da saúde é diferente. Nós precisamos de equipamentos médicos e de um arco cirúrgico. O que é um arco cirúrgico? É um aparelho usado pelos ortopedistas, pelos cirurgiões vasculares e por médicos de outras especialidades que assim necessitarem.

Mas, especialmente, quando um paciente do Hospital Regional de Joinville tem um problema de cirurgia vascular, ele é transferido para Jaraguá do Sul, para o Hospital São José, para resolver o problema vascular. Eu estive, há dois ou três meses, em contato com o cirurgião vascular do Hospital Regional de Joinville, que nos pediu naquele momento a aquisição de um arco cirúrgico para o hospital. Muito bem! A secretária Tânia Eberhardt garantiu a liberação - e, portanto, o governador Raimundo Colombo, na segunda-feira, deverá confirmar as nossas palavras - do arco cirúrgico para o Hospital Regional de Joinville. Esse é um trabalho que vem sendo feito há tempo. Está de parabéns a secretária da Saúde, Tânia Eberhardt, que é de Joinville, e não podia ser diferente, ao fazer com que o Hospital Regional de Joinville seja uma realidade, sim.

Mas o hospital precisa, além do arco cirúrgico, de um aparelho de litotripsia. Digo a v.exas. que, quando uma pessoa tem uma pedra no rim, ela precisa implodi-la. E para isso o médico precisa de um equipamento especial, e esse equipamento também será instalado no Hospital Regional de Joinville.

Os leitos antigos de UTI também serão reformados. Nós fomos lá verificar as condições do hospital e encontramos com o pessoal da nefrologia. Com o testemunho ocular, estivemos lá vendo a realidade do Hospital Regional de Joinville e vamos, sim, mudá-la.

O governo do estado, através do governador Raimundo Colombo, vai fazer com que o aparelho de litotripsia, que é o equipamento que implode o cálculo renal, também seja uma realidade para Joinville.

Então, temos certeza de que esses equipamentos farão com que Joinville comece a ter uma atitude diferente com os seus doentes do Hospital Regional de Joinville.

E, diga-se de passagem, quero parabenizar os funcionários do Hospital Regional de Joinville pela sua dedicação aos pacientes, pela sua atenção, pelo trabalho que realizam no hospital. Mesmo com as péssimas condições existentes, eles realizam, sim, um grande trabalho porque atendem a uma grande parte da população de Joinville.

Portanto, fica aqui a nossa valorização às pessoas que trabalham no Hospital Regional de Joinville, aos médicos, enfermeiras, os funcionários. São eles, sim, os verdadeiros carregadores da saúde do Hospital Regional de Joinville.

E é para vocês que vamos fazer com que a situação da saúde no Hospital Regional de Joinville seja outra a partir de segunda-feira, quando o governador Raimundo Colombo estará presente no hospital para mais uma reunião e determinação, sim, do início das obras desse importante hospital da cidade de Joinville.

Durante as nossas conversas na reunião que tivemos lá apareceram várias propostas, entre elas a parceria público-privada para atuar no hospital. Mas a responsabilidade é do governo estadual. E é por isso que o governador Raimundo Colombo está interferindo diretamente no Hospital Regional.

Eu gostaria de parabenizar a equipe da Saúde por essa importante reunião dirigida pelo diretor, dr. Hercílio, a quem parabenizamos pela preocupação com o hospital, pela sua determinação e visão do hospital.

Gostaria de fazer esse adendo dizendo que a Saúde de Joinville é importante, sim, tanto do Hospital Regional quanto do Hospital São José.

Nós temos o compromisso do deputado Antônio Aguiar e do prefeito Udo Döhler de fazer com que o Hospital São José receba o tomógrafo computadorizado. Temos a certeza de que este compromisso também será saldado durante este mês ou, no mais tardar, no mês que vem.

Um grande abraço a todos. Na semana que vem teremos uma nova conversa sobre o Hospital Regional de Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ouvindo v.exa. falar assim, só podemos dizer, nós de Joinville, que até que enfim Joinville tem um governador.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, que preside esta sessão.

Em seu nome e em nome da deputada Ada De Luca quero cumprimentar todos os deputados e o público da TVAL.

Gostaria, desta tribuna, de relatar a audiência pública que tivemos, nesta última segunda-feira, na cidade de Araranguá, com o objetivo de discutir a gestão e o contrato de gestão do Hospital Regional de Araranguá, que foi solicitada pela Câmara de Vereadores daquela cidade, a Associação Comercial e mais 20 outras instituições que estiveram aqui na Casa, reivindicando explicações e transparência para poderem acompanhar o contrato de gestão do hospital.

Por isso, a Comissão de Saúde lá esteve, nessa última segunda-feira, fazendo uma audiência pública que contou com a participação de cerca de mil pessoas da região do vale do Araranguá. Naquele momento, com a participação de líderes importantes, prefeitos, vereadores, deputados federais, representantes do Hospital Regional, da Sociedade Paulista de Medicina, a SPDM, representantes da Secretaria Estadual de Saúde, todos foram ouvidos, durante quatro horas. Houve vários depoimentos sobre problemas de gestão e também sobre pontos positivos na gestão do hospital.

É preciso aqui buscar um pouco da história desse hospital para mostrar para as pessoas de

todo o estado que é um hospital que já tem cerca de 30 anos de existência. Por lá já passaram, deputado Antônio Aguiar, mais de seis instituições administrando e, até hoje, ele é também um hospital regional do estado de Santa Catarina. Até hoje este hospital não conseguiu cumprir a sua missão, que é de atender bem à população da região, principalmente no quesito da média complexidade. Até o presente momento o máximo que ele chegou foi cumprir um papel de hospital geral.

Já, no início do nosso mandato, questionamos a gestão que vinha sendo feita pela Unesc, depois esta gestão foi substituída por outra instituição, que também foi substituída por problemas de probidade administrativa no estado de São Paulo. Por licitação, entrou a SPDM que está administrando agora através de um contrato de gestão com a Secretaria Estadual de Saúde, cuja administração vem sendo questionada pela população, pelos usuários do hospital e também por várias instituições que lá existem, por duas questões. Pela forma como está sendo feito o atendimento no hospital, pela falta de transparência nas prestações de contas.

Mas é preciso reconhecer que o governador Raimundo Colombo fez a sua parte. Antes a grande queixa, deputada Ada De Luca, era a falta de recurso, pois o hospital era administrado com cerca de R\$ 800 mil até início de 2011. A partir de 2012, melhorou os valores, passando para R\$ 2.590.000,00, e agora, mais recentemente, através de um termo aditivo, chegamos à cifra de R\$ 3.490.000,00.

É um valor significativo que dá para fazer uma gestão de qualidade, eficiente e que atenda principalmente à população mais pobre da nossa região que, muitas vezes, é colocada numa Van, de madrugada, para vir a Florianópolis. Não queremos mais ver nenhum morador daquela região passar por esse constrangimento, que já está doente, vir fazer uma consulta de média complexidade que deveria ser feita lá.

É isso que o governador Raimundo Colombo também quer. Precisamos agora, de maneira muito

humilde, ouvir todos os envolvidos no processo, todos os atores do processo, para encontrar uma forma de controle, de avaliação, de acompanhamento do contrato de gestão, para fazer as coisas acontecerem.

O Sr. Deputado Antonio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero ouvir o companheiro deputado Antonio Aguiar que faz parte da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Antonio Aguiar - Eu quero cumprimentar v.exa., deputado José Milton Scheffer, pela grande atuação na área da Saúde. Temos certeza de que v.exa., como representante da região, é sem dúvida nenhuma a pessoa que conduz esse processo. Mas quero dizer também que pelo que ouvimos na reunião da comissão de Saúde, uma vez que ouvi as duas partes, a Associação Comercial, os vereadores e os representantes da entidade, que o problema não é dinheiro. Então, vejo que tem gente que quer se apoderar desse dinheiro, mudar novamente a administração, porque agora tem dinheiro.

Então, a meu ver, temos que ser bem apolíticos e transparentes. Vamos averiguar o que está acontecendo com esse dinheiro e onde está sendo aplicado. Penso que se souber o destino desse dinheiro, vamos chegar a um denominador comum. Não podemos prejudicar quem mais necessita da saúde que são os usuários.

Parabéns, deputado José Milton Scheffer, pela sua atuação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado pela contribuição, deputado Antonio Aguiar.

Na verdade, o que a sociedade queria mesmo era que o estado colocasse lá os seus funcionários, fizesse a gestão do hospital, assim como faz no Hospital Regional de São José. Mas como isso no momento não é possível, queremos uma gestão com transparência, com resultado, que cumpra o seu papel e que tenha obviamente todo o cuidado com o dinheiro público, porque dinheiro público é dinheiro público - serão R\$ 40 milhões durante o

ano a serem aplicados - e transformar isso em qualidade, em eficiência no atendimento à saúde.

Entendemos também que é isso que o governador Raimundo Colombo quer, que é isso que a secretária Tânia Eberhardt quer. Ela esteve lá por mais de duas vezes nesse curto período à frente da secretaria e até fala da sua angústia, porque o hospital não está andando no ritmo que gostaria.

Mas é um desafio para todos nós que estamos na área pública construir um projeto independentemente de quem esteja na administração. E aí preciso citar, deputado Antonio Aguiar, que a maioria das instituições que ali está é para contribuir. E o que a sociedade pediu: primeiro, o dia que for possível, que o estado assuma efetivamente o seu hospital; segundo, que exista um maior número de instituições na comissão de avaliação e fiscalização para acompanhar a aplicação dos recursos; terceiro, que seja montando um sistema de prestação de contas mais rápido, no final do mês ou no início do próximo mês, feito num sistema legível, inteligível, para que a sociedade possa compreender onde, como e para que estão sendo gastos os recursos; quarto, que o hospital também se abra para a sociedade.

Quem administra este hospital administra também vários hospitais. Então, peço que ela abra o acesso para a população de Araranguá, para o vale de Araranguá, que são os verdadeiros donos, pois quem é o dono é o usuário, aquele que precisa do SUS.

Então, essas são as principais bandeiras, as principais reivindicações que foram feitas. Foi pedida também uma auditoria para acompanhar esses oito meses de trabalho da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, mesmo não havendo nada no momento que desabone essa sociedade, mas é preciso olhar com olhos melhores.

A secretária Tânia já instaurou uma sindicância para dar uma resposta para as instituições e para a comissão de Saúde aqui da Casa sobre os questionamentos que estão fazendo.

Então, as coisas andaram, a comissão de Saúde e nós estamos fazendo a nossa parte. É preciso

agora acompanhar, aguardar com paciência para que realmente o hospital passe a cumprir o seu papel, que é o que queremos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de defender a secretaria de Saúde e dizer que a nossa secretária Tânia instaurou uma sindicância para mostrar à população onde estão alocados os recursos.

Parabéns à secretaria pelo trabalho que vem fazendo. Acho que certas críticas que ocorrem têm fundamento, outras são politicagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.